



Estratégia
Concursos

3º SIMULADO

CICLO BÁSICO

RECEITA FEDERAL

Simulado Especial

3º Simulado Ciclo Básico Receita Federal

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da Receita Federal;
- 2 – A prova contém **70 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Receita-Federal-01-08-20>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | |

PORTUGUÊS

Felipe Luccas

TEXTO I

Em 2017, o Brasil registrou 373.216 divórcios, o que representa um aumento de 8,3% em relação a 2016 (344.526 divórcios). Os dados foram divulgados em dezembro de 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conforme a pesquisa do IBGE, a taxa geral de divórcio (número de divórcios em relação à população de 20 anos ou mais de idade) aumentou de 2,38 divórcios para cada mil pessoas, em 2016, para 2,48% em 2017.

O IBGE revelou também que entre 2007 e 2017, o tempo médio entre a data do casamento e a data da sentença ou escritura do divórcio caiu de 17 para 14 anos. Analisando a variação entre as Unidades da Federação em 2007, esse tempo médio variou entre 16 e 21 anos. Para 2017, o intervalo observado variou entre 11 e 18 anos de duração.

A gerente da pesquisa, Klívia Oliveira, mostrou que este é o segundo ano consecutivo com aumento do número de divórcios e diminuição de casamentos. “A proporção é de três casamentos para cada divórcio”, comenta. E a exceção fica por conta dos casamentos homoafetivos que, apesar de representarem pouco mais de 0,5% das uniões registradas, são a porção que segue crescendo, com aumento de 10% em 2017.

Outro aspecto apurado pelo IBGE foi sobre o tipo de guarda, revelando o aumento significativo do percentual de divórcios judiciais com sentença de guarda compartilhada. O percentual de divórcios com guarda compartilhada passou de 16,9%, em 2016, para 20,9% em 2017. A mulher continua sendo a responsável pela guarda na maioria dos registros de divórcio.

<http://www.rodrigodacunha.adv.br/divorcio/>

01. De acordo com o texto,

- a) o Brasil alcançou a marca de 344.526 divórcios em 2018.
- b) a taxa de divórcios em 2019 não apresentou aumento.
- c) divórcios entre pessoas com menos de 20 anos diminuíram.
- d) os dados coletados pelo IBGE em 2018 provam aumento nos divórcios.
- e) a taxa de casamentos homoafetivos apresentou crescimento.

02. No terceiro parágrafo, as aspas indicam

- a) registro em discurso direto.
- b) comentário literal do autor do texto.
- c) ironia quando aos casamentos homoafetivos.
- d) destaque para dados estatísticos.
- e) sinalização de linguagem figurada.

03. Infere-se do texto que

- a) em alguns estados, o processo de divórcio dura mais de 20 anos.
- b) o trâmite processual do divórcio tornou-se mais célere.
- c) o número de divórcios representa quase metade dos casamentos.
- d) embora minoritário, cresceu o número de divórcios com guarda paterna.
- e) o divórcio de casais homossexuais apresentou pouca redução.

04. Considere o segmento e analise as proposições abaixo.

A gerente da pesquisa, Klívia Oliveira, mostrou que este é o segundo ano consecutivo com aumento do número de divórcios e diminuição de casamentos. (3º parágrafo)

I- Nas relações coesivas do texto, o pronome “este” se refere ao ano de 2017, mencionado no parágrafo anterior.

II- Conclui-se que o número de divórcios em 2015 era menor do que o registrado em 2016.

III- O número total de pessoas casadas vai se reduzindo tanto pelos crescentes divórcios quanto pela taxa decrescente de novos casamentos.

Está(ão) correta(s) as seguintes proposições.

- a) I, apenas
- b) II, apenas
- c) I e II, apenas
- d) II e III, apenas
- e) todas.

05. O vocábulo “médio” é acentuado pela mesma regra que justifica o acento em

- a) responsável
- b) divórcios
- c) relação
- d) três
- e) é

TEXTO II

O advogado especialista em Direito de Família e Sucessões, Rodrigo da Cunha Pereira, explica que o divórcio só foi introduzido no Brasil em 1977, pela Emenda Constitucional nº 9 e regulamentada pela Lei nº 6.515/77, precedida de uma longa batalha política legislativa, liderada pelo então Senador Nelson Carneiro.

Segundo ele, para que fosse aprovada a Lei nº 6.515/77, foi necessário fazer algumas concessões, e o divórcio foi dificultado ao máximo: só era possível se divorciar uma única vez, era necessário o prazo de cinco anos de separação de fato para o divórcio direto e três para o indireto (ou por conversão).

“Após mais de três décadas de divórcio no Brasil, pode-se constatar que a família não foi destruída e não piorou em razão dele, mesmo com a elasticização de algumas regras, tais como a possibilidade de se divorciar várias vezes e a diminuição do seus prazos. Ao contrário, as pessoas estão mais felizes e mais autênticas para estabelecerem seus vínculos amorosos e conjugais”, refletiu Rodrigo.

No entanto, o especialista em Direito de Família e Sucessões observa que o divórcio não é nada fácil, mesmo quando consensual, pois “envolve sempre sofrimento e dor, ainda que tenha um sentido de libertação. O fim da conjugalidade é um momento que se depara, novamente, com o desamparo estrutural do ser humano. Deparase consigo mesmo e com o vazio existencial. O amor perfeito, ou quase perfeito, era pura ilusão, ou simplesmente acabou. Sabese, por isso, que o amor perfeito é perfeitamente impossível”, diz.

<http://www.rodrigodacunha.adv.br/divorcio/>

06. Segundo as informações veiculadas no texto,

- a) a Lei nº 6.515/77 flexibilizou as regras sobre divórcio previstas na Constituição.
- b) até 1977 só era possível se divorciar uma única vez, após 5 anos de separação de fato.

- c) as limitações do direito ao divórcio foram algumas das concessões necessárias para sua aprovação.
- d) o Senador Nelson Carneiro acreditava que o divórcio seria prejudicial às famílias.
- e) o divórcio foi introduzido com base na crença de que o amor era pura ilusão.

07. Assinale a alternativa em que a vírgula destacada entre colchetes poderia ser suprimida sem prejuízo gramatical ou semântico.

- a) No entanto[,] o especialista em Direito de Família e Sucessões observa que o divórcio não é nada fácil (4º parágrafo)
- b) O advogado especialista em Direito de Família e Sucessões[,] Rodrigo da Cunha Pereira, explica (1º parágrafo)
- c) Após mais de três décadas de divórcio no Brasil[,] pode-se constatar que a família não foi destruída (3º parágrafo)
- d) Sabese[,] por isso, que o amor perfeito é perfeitamente impossível”, diz (4º parágrafo)
- e) O advogado especialista em Direito de Família e Sucessões, Rodrigo da Cunha Pereira[,] explica (1º parágrafo)

08. O vocábulo “elasticização” (3º parágrafo) foi empregado no texto com sentido oposto a

- a) flexibilização
- b) mitigação
- c) supressão
- d) adaptação
- e) austeridade

09. O vocábulo “que” pode exercer diferentes funções dentro do texto. Em “o especialista em Direito de Família e Sucessões observa que o divórcio não é nada fácil.” (4º parágrafo), a partícula “que” está exercendo função de:

- a) Pronome relativo.
- b) Pronome interrogativo.
- c) Pronome indefinido.
- d) Conjunção integrante.
- e) Conjunção explicativa.

10. No segmento “era necessário o prazo de cinco anos de separação de fato para o divórcio direto e três para o indireto (ou por conversão).”, o termo entre parênteses marca uma relação de:

- a) explicação
- b) sinonímia
- c) restrição
- d) retificação
- e) afastamento

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

11. Joana, servidora pública federal, foi flagrada incorporando ao seu patrimônio verbas destinadas ao órgão em que era lotada, conduta tipificada como ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito. De acordo com o regime disciplinar previsto na Lei nº 8.112/1990, pode-se afirmar que a servidora estará sujeita a

- a) responder, em processo administrativo disciplinar, pela prática do ato de improbidade, cuja penalidade prevista é a demissão, sem prejuízo das cominações específicas na ação de improbidade administrativa.
- b) ser demitida de imediato, após a comunicação da autoridade policial quanto ao cometimento do crime.
- c) responder em procedimento administrativo sumário e ser demitida independentemente de contraditório ou ampla defesa, caso já tenha sido condenada em ação de improbidade.
- d) sofrer a penalidade de demissão, que será aplicada após processo administrativo, mas que não a impede de assumir novo cargo federal.
- e) sofrer a penalidade de suspensão, sendo vedada a decretação de indisponibilidade de seus bens.

12. José é servidor federal estável e pretende se inscrever em programa de pós-graduação *stricto sensu*, cuja carga horária é incompatível com o concomitante exercício de seu cargo público. Nessa situação, com base no que dispõe a Lei nº 8.112/1990:

- a) o servidor ficará impossibilitado de participar do referido programa, podendo se candidatar a outro curso que possua carga horária compatível.

b) a Administração fica vinculada ao deferimento do pedido, caso o servidor comprove o impedimento de conciliar a realização do curso com o exercício de suas funções.

c) José pode participar do programa, mantendo a sua remuneração apenas se exercer simultaneamente seu cargo durante o período do curso.

d) para participar de programas de doutorado, José deverá comprovar que exerce suas funções no órgão ou entidade por no mínimo dois anos.

e) se concedido o afastamento, José poderá se afastar de seu cargo, mantendo a sua remuneração, e, após seu retorno, deverá permanecer no exercício das suas funções públicas pelo mesmo período em que tiver ficado afastado.

13. Considere que determinado servidor público federal tenha cometido ato de improbidade ao frustrar a licitude de concurso público. Com base no que prevê a Lei de Improbidade Administrativa, bem como a jurisprudência aplicável, assinale a afirmativa correta:

- a) o ato cometido pelo servidor requer a demonstração de efetivo enriquecimento ilícito.
- b) para configuração do ato de improbidade, deve ficar demonstrada a ocorrência de dano ao erário.
- c) o servidor responde pelo ato independentemente de dolo ou culpa na sua conduta.
- d) o ato praticado exige a demonstração de dolo, que não precisa ser específico.
- e) a demonstração de dolo genérico na conduta não é suficiente para enquadrar o ato do servidor como sendo de improbidade administrativa.

14. A administração pública pode anular os seus próprios atos, em exercício de autotutela, ou pode sofrer a invalidação de seus atos ilegais pelo Poder Judiciário. Sobre esse assunto, é correto afirmar

- a) a anulação de um ato administrativo deverá necessariamente ter efeitos retroativos.
- b) todas as relações resultantes dos atos anulados devem, ao menos em tese, ser desfeitas.
- c) assim como a revogação, a anulação incide sobre aspectos de conveniência ou oportunidade dos atos.

- d) os atos discricionários não podem ser anulados.
- e) diante de um ato ilegal, a única opção da administração é declarar sua anulação.

15. Na organização administrativa brasileira, é correto afirmar que as agências executivas

- a) são necessariamente autarquias sob regime especial, não se caracterizando como uma nova espécie de entidade da administração indireta.
- b) podem ser autarquias ou fundações que se qualifiquem através da assinatura de um contrato de gestão, desde que atendam aos requisitos previstos na legislação, como o de ter um plano estratégico em andamento.
- c) para uma autarquia se tornar agência executiva não é necessária uma qualificação formal, pois seu grau de autonomia depende exclusivamente da lei instituidora.
- d) atuam em áreas específicas de regulação e execução de assuntos de interesse público.
- e) não podem ser qualificadas, ao mesmo tempo, como agências reguladoras.

16. Acerca das entidades paraestatais, assinale a alternativa correta:

- a) as organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIP – podem ser contratadas pelo poder público independentemente da realização de licitação, uma vez que há previsão expressa para esse tipo de dispensa de procedimento licitatório.
- b) uma entidade privada que pretenda se qualificar como organização social deve apenas comprovar o preenchimento dos requisitos, tendo em vista que o ato de qualificação é vinculado.
- c) as OSCIP formalizam parceria com o poder público através de termo de parceria, após qualificação formalizada em decisão vinculada.
- d) as organizações sociais firmam termo de parceria com o poder público e não podem ter sido constituídas com finalidade lucrativa.
- e) nas OSCIP, servidores públicos não podem integrar o conselho ou diretoria da entidade.

17. Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa, regulado pela Lei nº 11.079/2004. Acerca desse tema, assinale a opção correta:

- a) as parcerias público-privadas não podem ser firmadas com prazo inferior a cinco anos, sendo vedada sua contratação exclusivamente para o fornecimento de mão-de-obra.
- b) a licitação para contratação de PPP ocorre por meio de convite.
- c) apenas os usuários financiam a prestação dos serviços pelas PPP.
- d) é vedado o aporte de recursos por parte do poder público em favor do parceiro privado.
- e) a concessão na modalidade patrocinada é aquela em que a Administração é usuária indireta dos serviços.

18. Suponha que os Estados X, Y e Z celebrem consórcio para gestão associada de serviços de interesse comum e para isso constituam consórcio, como pessoa jurídica de direito privado. Nessa situação, é correto afirmar que referido consórcio

- a) terá a faculdade de contratar via licitação, mas poderá adotar apenas procedimentos objetivos, sem seguir a legislação de licitação aplicável à Administração direta.
- b) poderá dispensar a realização de processo licitatório, nos mesmos limites aplicáveis à Administração direta.
- c) caso um dos Estados decida se retirar do consórcio, ficará liberado das obrigações assumidas.
- d) deverá contratar seus agentes públicos sob as normas de direito privado previstas na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.
- e) estão dispensados de realizar concurso público para contratação de pessoal.

19. A empresa X foi contratada para prestar serviços à administração, após supostamente vencer procedimento licitatório. A entidade contratante recebeu diversas denúncias de que, na verdade, a contratação era nula pois não havia sido realizado o procedimento licitatório nos moldes exigidos pela legislação. Acerca desse tema, e com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que

- a) comprovada a nulidade do contrato por ausência de licitação, a administração fica isenta de pagar qualquer tipo de valor ao contratado.
- b) a nulidade não exige a administração de pagar eventuais prejuízos ao contratado, mesmo em casos de má-fé.
- c) a administração deve indenizar o contratado ainda que este tenha concorrido para a nulidade, em virtude da aplicação do princípio da vedação ao enriquecimento sem causa.
- d) a nulidade pode ser convalidada, mantendo-se a contratação da empresa, uma vez que somente houve ilegalidade na licitação.
- e) a nulidade não libera a administração de seu dever de pagar pelos serviços já executados ou pelos prejuízos comprovadamente sofridos, ressalvados casos de má-fé ou quando o contratado concorreu para a nulidade.

20. Com base no que dispõe a Lei nº 12.813/2013, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego, analise os itens a seguir:

- I. Os diretores das autarquias são proibidos de divulgar informações privilegiadas, em proveito próprio ou de terceiros, que tenham obtido em razão das atividades exercidas.
- II. Um ministro de Estado não pode, em regra, após deixar seu cargo, prestar diretamente serviços a pessoa jurídica com quem tenha estabelecido relacionamento relevante em função do exercício do seu cargo.
- III. Em qualquer caso, após o exercício do cargo no Poder Executivo federal, o agente ficará impedido, durante seis meses, de divulgar ou fazer uso de

informação privilegiada obtida em razão das atividades exercidas.

Está correto o que se afirma somente nos itens:

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) III.
- e) I, II e III.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

21. Joaquim, cidadão português que teve deferida sua solicitação para usufruir dos direitos inerentes aos brasileiros, foi alvo de uma reportagem jornalística descrevendo o modo de vida de estrangeiros que vivem no país. Joaquim concedeu entrevista ao repórter da emissora, mas ficou surpreso ao assistir à edição final da matéria, que, ao invés de relatar a íntegra dos depoimentos, acabou deturpando o conteúdo da entrevista, tecendo comentários ofensivos e preconceituosos a pessoas que se encontravam na mesma situação. Ao consultar seu advogado, foi informado de que não havia uma lei específica no Brasil voltada à disciplina do direito de resposta. Diante dessa situação, Joaquim:

- a) Não poderá ajuizar mandado de injunção, mas poderá valer-se de ação popular, desde que adquira a capacidade eleitoral ativa.
- b) Poderá exercer seu direito de resposta independentemente da ausência de lei regulamentando o tema, uma vez que tal prerrogativa encontra-se garantida em norma de eficácia contida, a qual dispensa a integração legislativa para a plena produção de seus efeitos.
- c) Joaquim não poderá exercer seu direito de resposta, tampouco utilizar-se do mandado de injunção, já que, mesmo ostentando a condição de quase nacional, ele não deixou de ser estrangeiro.
- d) Joaquim, que também é titular de direitos fundamentais, deverá impetrar mandado de injunção perante o STF, a fim de viabilizar o exercício do direito de resposta.
- e) Poderá exercer seu direito de resposta, proporcional à ofensa cometida, podendo, inclusive, pleitear danos morais na justiça.

22. A respeito do sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, é correto afirmar que:

- a) O vício de iniciativa para a apresentação de projeto de lei enseja inconstitucionalidade formal orgânica.
- b) Todas as normas constitucionais servem de parâmetro para o controle abstrato de constitucionalidade, inclusive aquelas integrantes do ADCT com eficácia exaurida.
- c) O veto jurídico realizado pelo Presidente da República é uma forma de controle repressivo de constitucionalidade.
- d) O controle difuso de constitucionalidade admite como parâmetro norma constitucional revogada.
- e) O rol de legitimados à propositura de ação direta de inconstitucionalidade, previsto na Constituição, é exemplificativo.

23. Geralda, empregada de banco público criado sob a forma de sociedade de economia mista, desempenha funções relacionadas à manutenção do edifício-sede, realizando pequenos reparos em suas instalações. Certa vez, durante o expediente, acabou deixando exposto um fio desencapado, ao consertar a rede elétrica do prédio, ferindo Marco, antigo cliente da instituição. Embora repreendida inúmeras vezes por seu superior hierárquico, Geralda mais uma vez havia deixado de seguir os procedimentos de segurança previstos em regulamento. Marco decide, então, recorrer ao Poder Judiciário para reaver o prejuízo causado pelos ferimentos. Segundo o que preleciona a atual Constituição, pode-se dizer que:

- a) O banco responderá pelos danos causados, na modalidade risco integral.
- b) O banco não responderá objetivamente, devendo Marco comprovar o comportamento culposo ou doloso.
- c) O banco deverá responder objetivamente pelos danos causados a Marco, independentemente de ter agido Geralda com culpa ou dolo, cabendo, contra esta, ação regressiva.
- d) Marco poderá impetrar mandado de segurança contra a conduta ilegal apresentada por Geralda.
- e) A sociedade de economia mista, por possuir personalidade jurídica de direito privado, não poderá ser responsabilizada objetivamente.

24. Suponha que, após ter sido emitido juízo de admissibilidade positivo pela Câmara dos Deputados, a denúncia contra o Presidente da República, pelo cometimento de crime comum conexo com o desempenho da função, tenha sido aceita pelo STF. Em razão disso, ficou determinada a suspensão do chefe do Poder Executivo de suas atribuições pelo período de 180 dias. Passados 50 dias, já ao final do julgamento, foi proferida condenação, faltando apenas 1 ano para o término do mandato. Dias depois, o Vice-Presidente vem a falecer em um acidente automobilístico. Nessas condições, a Constituição Federal prevê que:

- a) Durante a suspensão do Presidente da República, o Vice assumiria em caráter provisório o cargo do titular. Com a condenação, a substituição converter-se-ia em definitiva. Após o falecimento do substituto, assumiria provisoriamente o Presidente da Câmara.
- b) O Presidente somente poderia ter sido suspenso de suas funções após a decisão condenatória do Supremo, quando então assumiria, interinamente, o Presidente da Câmara dos Deputados.
- c) O Presidente não poderia ter sido processado no curso do mandato, já que goza de irresponsabilidade penal relativa.
- d) Admitida a acusação pelo STF, o cargo do titular do Poder Executivo deveria ter sido declarado vago, o Presidente da Câmara deveria ter assumido definitivamente o cargo.
- e) O juízo de admissibilidade da Câmara dos Deputados, bem como a suspensão pelo prazo de 180 dias, somente seria admitido se se tratasse de crime de responsabilidade.

25. O governador de determinado estado da Federação, visando dar maior ênfase às iniciativas voltadas à assistência aos necessitados durante sua gestão, edita medida provisória, em caráter urgente, dispondo sobre assistência jurídica. Em seguida, envia à Assembleia Legislativa projeto de lei versando sobre seguridade social. Considerando as disposições constitucionais pertinentes, é possível afirmar que:

- a) A lei é válida, já que legislar sobre seguridade e previdência social é matéria afeta à competência concorrente entre os estados e a União.

- b) A medida provisória é inconstitucional, por tratar de tema vedado a essa espécie legislativa.
- c) A lei estadual, desde que tenha sido editada em obediência às normas gerais estabelecidas pela União, pode ser considerada válida.
- d) Os dois atos normativos editados pelo Estado são inconstitucionais, por tratarem de tema reservado, com exclusividade, à União Federal.
- e) A medida provisória, desde que tenha sido editada em conformidade com a normatização geral estabelecida pela União, poderá ser convertida em lei.

26. Suponha que um deputado estadual tenha enviado projeto de lei ordinária ao Congresso, estabelecendo normas aplicáveis ao processo eleitoral. A proposta, além de estabelecer novos casos de inelegibilidade, cuidou de fixar regras sobre fidelidade partidária, a serem observadas por todo os partidos políticos brasileiros. O texto previa expressamente que as novas regras passariam a valer já nas eleições seguintes. Analisando-se a situação anteriormente exposta, de acordo com a CF/88, é correto afirmar que:

- a) A lei apresentada pelo deputado deve ser declarada formalmente inconstitucional, já que a matéria é de iniciativa privativa do Presidente da República.
- b) O projeto de lei ordinária pode ser considerado válido, caso atingido o quórum de maioria absoluta para sua aprovação.
- c) A lei é inválida, já que os casos de inelegibilidade devem ser estabelecidos em lei complementar. Além disso, as normas de fidelidade partidária ferem a autonomia dos partidos políticos.
- d) A lei somente poderia ser aplicada após um ano da data das eleições que se seguiriam à sua publicação.
- e) O processo eleitoral não pode ser alterado por meio de lei, sendo exaustivas as regras presentes no texto constitucional.

27. Determinado sindicato, cuja área de abrangência coincidia com a de um estado federado, foi subdividido em duas novas entidades, cada uma representante de uma porção diferente do território original. Os novos estatutos, registrados perante o órgão competente, estabeleceram a compulsoriedade da contribuição confederativa e da contribuição

sindical para seus filiados. Considerando o que determina a Constituição Federal, aponte a alternativa verdadeira:

- a) O surgimento das novas entidades não ofende a Constituição, já que não possuem bases territoriais coincidentes.
- b) Desde que nenhuma das entidades resultantes possua base territorial inferior à de um município, não há impedimento à subdivisão empreendida, embora a contribuição sindical seja facultativa.
- c) Embora inválida a instituição de associações sindicais representes da mesma categoria dentro do mesmo estado, as contribuições poderão ser cobradas de todos os filiados, já que previstas expressamente em seus respectivos estatutos.
- d) A contribuição confederativa, por não possuir caráter tributário, não pode ser exigida de seus filiados, sem que estes manifestem expressamente a opção pelo desconto em folha.
- e) Somente a contribuição sindical, instituída em lei sob a forma de tributo, poderá ser exigida compulsoriamente de todos os integrantes da categoria, filiados ou não ao sindicato correspondente.

28. Determinado juiz estadual sofreu processo administrativo disciplinar perante o Conselho Nacional de Justiça. Ao final, ficou determinada, por decisão da maioria absoluta de seus membros, a remoção do magistrado, por motivo de interesse público. Este, indignado, dirigiu-se ao STF, com objetivo de ter a sanção imposta revista pela Suprema Corte. Nessas condições, é possível concluir que:

- a) O STF não poderá interferir na decisão exarada pelo Conselho, considerando a posição de proeminência que este ocupa na escala hierárquica administrativa do Poder Judiciário.
- b) O STF, caso entenda ser desprovida de razoabilidade a sanção imposta pelo órgão administrativo, poderá determinar sua anulação.
- c) A Corte Suprema poderá exigir que a questão seja reapreciada, obedecendo-se ao quórum de dois terços dos membros do Conselho para a imposição de sanções.

- d) O STF deverá anular a decisão proferida pelo órgão administrativo, o qual teria agido de forma a usurpar a competência privativa dos tribunais para a instauração de procedimento administrativo disciplinar.
- e) O STF detém o poder revisional dos atos emanados do CNJ, devendo desconstituir os efeitos da decisão, já que a Constituição veda a imposição da sanção de remoção aos magistrados por órgão estranho à estrutura de cada tribunal.

29. Jócia, deputada federal, praticou ato incompatível com o decoro parlamentar. Jécia é senadora e sofreu condenação criminal em sentença transitada em julgado. As condutas anteriores, conforme dispõe a Constituição Federal, ensejam:

- a) A perda do mandato de Jócia, caso assim decida a Mesa da Câmara dos Deputados.
- b) O afastamento temporário de ambas as parlamentares, já que é vedada a cassação do mandato.
- c) A mera declaração da perda do mandato de Jécia pela Casa respectiva, desde que provocada por partido político com representação no Congresso.
- d) Jócia e Jécia poderão ter seus mandatos cassados, desde que mediante decisão de dois terços dos membros do Congresso.
- e) Jécia poderá ter a perda de seu mandato decidida pelo Senado, mediante decisão da maioria absoluta de seus membros.

30. Jéssica, Promotora de Justiça no Estado X há seis anos, solicitou sua remoção para outro estado, onde seu marido, Estevão, havia aberto seu novo escritório de advocacia. Diante do indeferimento do pedido, decidiu, por conta própria, auxiliar o marido em sua nova empreitada, atuando como advogada em seu escritório. Isso, conseqüentemente, acarretou a perda do cargo público, após ter sido proferida decisão da maioria absoluta dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Segundo a Constituição Federal, pode-se afirmar que:

- a) Jéssica não está sujeita à perda do cargo, já que goza da garantia da vitaliciedade.

- b) Está correta a decisão do CNMP, já que a Constituição veda o exercício da advocacia pelos membros do *parquet*.
- c) Jéssica jamais poderia ter feito tal solicitação, considerando que os membros do MP são inamovíveis.
- d) Ainda que Jéssica pudesse solicitar sua remoção, a perda do cargo, em razão do exercício da advocacia, somente poderia ter sido determinada pelo Poder Judiciário.
- e) A vedação ao exercício da advocacia aplica-se apenas aos membros da Defensoria Pública, o que torna injustificável a decisão do Conselho.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Guilherme Neves

31. Guilherme Neves e sua esposa Manuella, juntos, fizeram um investimento total de R\$ 12.000,00. Ao resgatarem o valor aplicado, o rendimento do valor aplicado por Guilherme correspondeu a um décimo do valor que ele aplicou, e o capital investido por Manuella obteve rendimento de nove décimos do rendimento obtido por Guilherme. Se o rendimento do valor total aplicado por Guilherme e Manuella foi de R\$ 1.425,00, então o valor aplicado por Guilherme foi de

- a) R\$ 7.200,00.
b) R\$ 7.300,00.
c) R\$ 7.400,00.
d) R\$ 7.500,00.
e) R\$ 7.600,00.

32. Uma verba total de R\$ 4,9 milhões deverá ser dividida em três partes, A, B e C, de modo que B deverá ser R\$ 100 mil menor que a oitava parte de A, e C deverá ser R\$ 200 mil maior que o quádruplo de B. Das partes A, B e C, a maior parte deverá ser no valor de

- a) R\$ 2,8 milhões.
b) R\$ 2,9 milhões.
c) R\$ 3,0 milhões.
d) R\$ 3,1 milhões.
e) R\$ 3,2 milhões.

33. Um pequeno auditório foi construído na sede do Estratégia para reuniões de professores e diretores. Com a quantidade total de café preparada para uma reunião, é possível servir determinado número de xícaras, colocando em cada uma delas 150 mL de café. Porém, se em cada xícara forem colocados 200 mL, com a mesma quantidade de café preparada, serão servidas 15 xícaras a menos. O número máximo de xícaras, com 200 mL cada uma, que poderão ser servidas é

- a) 65.
- b) 60.
- c) 55.
- d) 50.
- e) 45.

34. Em janeiro de 2019, Guilherme comprou 10 litros de uma bebida e, um ano depois, ele comprou 11 litros dessa mesma bebida, mas pagou 21% a mais que em 2019. Se a inflação do período tiver sido a única responsável pelo aumento de preço da mercadoria, então a inflação desse período foi de

- a) 12,1%.
- b) 18,9%.
- c) 7,9%.
- d) 10,0%.
- e) 11,0%.

35. Da Rocha foi ao supermercado e se deparou com uma promoção em que poderia comprar 12 garrafas de whisky e pagar apenas 11. Essa promoção é equivalente a um desconto aproximado de

- a) 6,0%.
- b) 7,8%.
- c) 8,3%.
- d) 9,5%.
- e) 11,0%.

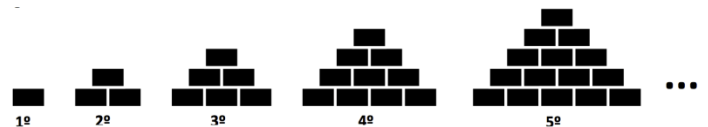
36. Com seis tipos de doce e cinco tipos de fruta, quantos pratos podem ser formados, tendo, cada um, dois tipos de doce e dois tipos de fruta?

- a) 300
- b) 150
- c) 75
- d) 50
- e) 25

37. Na última confraternização de professores do Estratégia, estavam presentes homens e mulheres, sendo que havia 5 homens a mais do que mulheres. Cada homem conversou com cada outro homem, cada mulher conversou com cada outra mulher e cada homem conversou com cada mulher, num total de 253 conversas. O número total de pessoas nessa festa era, incluindo homens e mulheres,

- a) 23.
- b) 29.
- c) 31.
- d) 37.
- e) 41.

38. A sequência diária de fixação de blocos para construção de uma pirâmide segue uma lei de formação, conforme figura abaixo.



Seguindo essa lei, quantos blocos comporão a pirâmide no 50º dia?

- a) 50
- b) 255
- c) 1050
- d) 1275
- e) 1725

39. Para formar uma comissão com quatro professores do Estratégia para apresentar um webinar, estarão disponíveis cinco auditores fiscais e analistas tributários. Quantas comissões distintas poderão ser formadas, de maneira que, em cada uma delas, haja, pelo menos, um auditor fiscal?

- a) 225
- b) 20
- c) 60
- d) 125
- e) 120

40. Em uma olimpíada escolar, os atletas de uma determinada escola receberam medalhas de ouro, prata e bronze, de acordo com a seguinte forma:

Possibilidades	Número de Atletas
Ouro	65
Prata	50
Bronze	66
Ouro e Prata	12
Ouro e Bronze	10
Prata e bronze	14
Ouro, Prata e Bronze	5
Nenhuma medalha	50

Escolhendo-se um atleta ao acaso, qual a probabilidade de ele não ter ganhado nenhuma medalha?

- a) 1/2
- b) 1/3
- c) 1/4
- d) 1/5
- e) 1/6

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fabio Dutra

41. De acordo com o Código Tributário Nacional, aponte a alternativa correta:

- a) As taxas são tributos contraprestacionais.
- b) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída pela

legislação tributária e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

- c) As contribuições de melhoria podem ser instituídas apenas pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal.
- d) Considera-se serviço público suscetível de cobrança por meio de taxa aquele definido pelo Código Tributário Nacional como específico ou divisível.
- e) A contribuição de melhoria possui limite individual, isto é, o valor máximo a ser suportado pelos contribuintes, mas não possui limite geral ou global.

42. A CF/88 impede que determinados tributos sejam cobrados no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, bem como antes de decorridos noventa dias da publicação da referida lei.

Marque a alternativa na qual consta um tributo que se submete apenas ao princípio da anterioridade nonagesimal, isto é, que constitui exceção ao princípio da anterioridade anual.

- a) Contribuição Social no interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- b) Imposto sobre a propriedade rural.
- c) Imposto sobre serviços de qualquer natureza
- d) Imposto sobre transmissões causa mortis e doações.
- e) Imposto sobre produtos industrializados.

43. Relativamente à imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil, aponte a alternativa incorreta:

- a) É aplicável apenas aos impostos.
- b) Alcança as operações de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.
- c) Aplica-se apenas a fonogramas e videofonogramas produzidos no Brasil.
- d) Alcança os suportes materiais que contenham obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros.
- e) Alcança os arquivos digitais que contenham obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros.

44. São impostos de competência da União, dos Estados e dos Municípios, respectivamente:

- a) ICMS, Impostos Residuais e ITBI.
- b) ITR, ITCMD e ITBI.
- c) Imposto de Renda, ICMS e IPVA.
- d) ISSQN, ICMS e IPTU.
- e) IOF, ITCMD e IPVA.

45. Acerca do imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCMD), julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

() O ITCMD relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal;

() O ITCMD relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o donatário, ou ao Distrito Federal;

() O ITCMD terá suas alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal.

- a) V, F, F
- b) F, F, F
- c) V, V, F
- d) F, V, V
- e) F, V, V

46. Aponte a alternativa que trate apenas de assuntos disciplinados por lei complementar:

- a) instituir empréstimos compulsórios em caso de despesas extraordinárias decorrentes de guerra externa ou sua iminência assim como o imposto sobre grandes fortunas, e as contribuições de intervenção no domínio econômico.
- b) instituir as limitações ao poder de tributar, representadas pelos princípios constitucionais tributários e as imunidades tributárias.
- c) estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, assim como obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.

d) definir os fatos geradores, bases de cálculo, alíquotas e contribuintes dos impostos discriminados no texto constitucional.

e) Instituir regimes tributários específicos para empresas de grande porte.

47. Acerca das disposições contidas no Código Tributário Nacional acerca do tema “denúncia espontânea”, julgue as assertivas a seguir, apontando a única correta:

a) A responsabilidade do sujeito passivo pelas infrações é excluída pela denúncia espontânea, devendo estar acompanhada, se for o caso, do pagamento integral do tributo devido, apenas.

b) Em se tratando de tributo cujo montante dependa de apuração, a denúncia espontânea deve estar acompanhada da importância calculada pelo sujeito passivo, seguindo os regramentos legais.

c) Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

d) O benefício da denúncia espontânea se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados e pagos a destempo.

e) A responsabilidade por infrações depende da intenção do agente.

48. Sobre o lançamento e crédito tributário, aponte a alternativa incorreta:

a) O crédito tributário decorre da obrigação acessória e tem a mesma natureza desta.

b) O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos no Código Tributário Nacional.

c) A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória.

d) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado em razão de recurso de ofício.

e) As circunstâncias que modificam o crédito tributário não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

49. Assinale a única alternativa errada:

- a) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- b) Prescreve em cinco anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.
- c) É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
- d) De acordo com a jurisprudência do STJ, o depósito do montante integral deve ser realizado em dinheiro.
- e) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.

50. Considerando o tema garantias e privilégios do crédito tributário, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () Não se permite em hipótese alguma que um departamento da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, ou dos Municípios, ou sua autarquia, celebre contrato ou aceite proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
 - () São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.
 - () De acordo com o Código Tributário Nacional, a extinção das obrigações do falido requer apenas a prova de quitação de todos os impostos devidos.
- a) F, F, V
 - b) F, V, F
 - c) V, V, F
 - d) V, F, V
 - e) F, V, V

CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA

Júlio Cardozo

51. Assinale a alternativa correta:

- a) Contabilidade é a técnica que estuda as funções de orientação, de controle e de registro dos atos e fatos de uma administração econômica.
- b) O objeto de estudo da contabilidade é o patrimônio.
- c) São técnicas contábeis: escrituração, auditoria, continuidade e análise de balanços.
- d) O método das partidas dobradas estabelece que o Ativo é igual ao Passivo.
- e) Contabilmente, “lançamento a Débito” é algo desfavorável e “lançamento a Crédito” é algo favorável.

52. A sociedade empresária Jardim Gramacho S/A possui capital social de R\$ 600.000,00, sendo que um terço ainda não havia sido integralizado. Os sócios Ramon Madruga e Zenon Barriga decidiram integralizar a quantia de R\$ 120.000,00, com a transferência de 2 veículos. O registro contábil da integralização do capital social é:

- a) DÉBITO Veículo R\$120.000,00 CRÉDITO Capital Social R\$ 120.000,00
- b) DÉBITO Capital a Integralizar R\$ 120.000,00 CRÉDITO Veículo R\$ 120.000,00
- c) DÉBITO Capital a Integralizar R\$ 120.000,00 CRÉDITO Capital Social R\$ 120.000,00
- d) DÉBITO Veículo R\$ 120.000,00 DÉBITO Capital a Integralizar R\$ 400.000,00 CRÉDITO Capital Social R\$ 520.000,00
- e) DÉBITO Veículo R\$ 120.000,00 CRÉDITO Capital a Integralizar R\$ 120.000,00.

53. A transportadora Ajax S/A fez contrato de seguro para um de seus caminhões, cuja vigência é de 12 meses, com início em 1º.12.20x0. O caminhão está avaliado em R\$720.000,00. O prêmio total, pago à vista e em parcela única, foi de R\$36.000,00. O valor da franquia será de R\$30.000,00. Considerando-se o Regime de Competência e com base nos dados informados, o montante a ser apropriado como Despesa de Seguros, em dezembro de 20x0, é de:

- a) R\$2.500,00.

- b) R\$3.000,00.
- c) R\$30.000,00.
- d) R\$36.000,00.
- e) R\$ 72.000,00

54. A empresa Café Arábica efetuou uma compra de mercadorias por R\$ 9.000,00, com ICMS de 20%, e vendeu metade dessa mercadoria por R\$ 9.800,00, com ICMS à mesma alíquota e frete de 1% sobre o preço de venda. Sabendo-se que as operações foram realizadas a prazo, o Contador vai apurar um saldo de

- a) Contas a Pagar de R\$ 9.068,00
- b) Contas a Receber de R\$ 7.840,00.
- c) Mercadorias de R\$ 7.200,00.
- d) Lucro com Mercadorias de R\$ 4.240,00.
- e) ICMS a Recolher de R\$ 1.960,00.

55. A empresa Julio Cardozo Comércio S/A contabilizou a apuração do resultado do exercício, chegando a um lucro final do exercício de R\$ 96.000,00.

Na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados foi listada a distribuição do lucro na forma seguinte:

- Reserva Legal de 5%;
- Reserva Estatutária de 10%;
- Reserva para Contingências de R\$ 20.000,00;
- Reversão de Reservas de R\$ 8.000,00 sendo metade de contingências e metade estatutárias;
- Dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro ajustado

Com base nas informações acima, quando da elaboração da referida demonstração, vamos encontrar o dividendo mínimo obrigatório, calculado segundo a legislação atual, no valor de:

- a) R\$ 18.800,00
- b) R\$ 17.700,00
- c) R\$ 37.600,00
- d) R\$ 25.700,00
- e) R\$ 15.700,00

56. A empresa Mercantil Varejista JFJ S/A mandou elaborar o balanço de 20x0 com base nos seguintes saldos contábeis, aqui demonstrados em ordem alfabética:

Contas	Saldos
Ajuste para perdas prováveis com duplicatas incobráveis	R\$ 210,00
Aluguéis a Pagar	R\$ 75,00
Aluguéis a Receber	R\$ 120,00
Aluguéis Ativos	R\$ 195,00
Aluguéis Passivos	R\$ 150,00
Caixa	R\$ 300,00
Capital Social	R\$ 1.200,00
Clientes	R\$ 420,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 360,00
Depreciação Acumulada	R\$ 330,00
Despesas a Pagar	R\$ 105,00
Despesas a Vencer	R\$ 180,00
Duplicatas a Pagar	R\$ 690,00
Duplicatas a Receber	R\$ 480,00
Fornecedores	R\$ 840,00
ICMS a Recuperar	R\$ 90,00
Imposto de Renda a pagar	R\$ 186,00
IPI a Recolher	R\$ 45,00
Mercadorias	R\$ 540,00
Móveis e Utensílios	R\$ 600,00
Perdas estimadas com Estoques	R\$ 54,00
Receitas a Receber	R\$ 325,00
Receitas de Vendas	R\$ 745,00
Reserva Legal	R\$ 150,00
Salários	R\$ 210,00
Somatório	R\$ 9.650,00
Veículos	R\$ 1.050,00

Apurado o resultado do exercício, a empresa destinou um quarto para imposto de renda e três quartos para reserva de lucros. Ao elaborar o balanço patrimonial com base nas contas e saldos acima, a empresa vai constatar a existência de um

- a) Ativo Circulante no valor de R\$ 2.291,00.
- b) Ativo Permanente no valor de R\$ 1.386,00.
- c) Passivo Circulante no valor de R\$ 1.986,00.
- d) Patrimônio Líquido no valor de R\$ 1.515,00.
- e) Ativo Total no valor de R\$ 4.020,00

57. A firma comercial KLS Ltda. adquiriu um equipamento para o seu ativo imobilizado por R\$ 17.000,00, pagando uma entrada de 10% em dinheiro e financiando o restante em quatro parcelas mensais e iguais. A operação foi tributada com ICMS de 15%. Ao ser contabilizada a operação acima, o patrimônio da firma Alvorada evidenciará um aumento no ativo no valor de:

- a) R\$ 15.000,00.
- b) R\$ 15.300,00.
- c) R\$ 14.750,00
- d) R\$ 16.400,00
- e) R\$ 14.250,00

58. A empresa Sou Coruja S/A possuía uma máquina, adquirida por R\$ 10.800,00, instalada para utilização em 12 anos. Após nove anos de uso desse equipamento, tendo a depreciação adequada sido oportunamente contabilizada, foi ele vendido, ocasionando perda de R\$ 850,00.

Para que as afirmações acima sejam corretas podemos dizer que o valor obtido na venda foi de

- a) R\$ 4.130,00
- b) R\$ 3.280,00
- c) R\$ 2.430,00
- d) R\$ 2.818,00
- e) R\$ 1.850,00

59. O contador da Cia. Sempre Lucrando S/A apurou as seguintes informações, para elaborar a DRE:

- I) a empresa tinha prejuízos acumulados de R\$ 70.000,00, mas durante o exercício social apurou lucro.
- II) Desse lucro, a empresa destinou R\$ 60.000,00 para imposto de renda e CSLL.
- III) a empresa distribuiu 10% em participação de debenturistas, no valor de R\$ 9.000,00, 10% em participação de administradores, no valor de R\$ 7.290,00 e 10% em participação de empregados.

De acordo com as informações acima e com as normas em vigor, podemos dizer que a Cia. Sempre Lucrando no final da Demonstração de Resultado do Exercício, vai indicar o lucro líquido do exercício no valor de

- a) R\$ 65.610,00
- b) R\$ 69.160,00
- c) R\$ 90.000,00.
- d) R\$ 128.520,00
- e) R\$ 135.610,00.

Considere as seguintes Demonstrações, apresentadas pela Empresa KSL referentes ao exercício de X2:

ATIVO	X2	X1
Disponibilidades	4.800,00	2.000,00
Clientes	25.800,00	18.300,00
Estoques	12.300,00	8.700,00
Imobilizado	35.000,00	32.300,00
Depreciação Acumulada	-13.500,00	- 10.250,00
TOTAL ATIVO	64.400,00	51.050,00
PASSIVO		
Fornecedores	11.000,00	9.800,00
Salários a pagar	5.600,00	4.200,00
Impostos a Recolher	6.800,00	3.900,00
Patrimônio Líquido		
Capital Social	20.000,00	20.000,00
Reservas de Capital	10.700,00	10.700,00
Reserva de Lucro	10.300,00	2.450,00
TOTAL PASSIVO + PL	64.400,00	51.050,00

Demonstração do Resultado de X2	
Vendas líquidas	27.380,00
Custo da Mercadoria Vendida	- 10.200,00
Lucro bruto	17.180,00
Despesas administrativas	- 3.050,00
Despesas vendas	- 850,00
Despesas financeiras	- 5.430,00
Lucro líquido	7.850,00

60. Considerando apenas as informações acima, indique o pagamento efetuado aos fornecedores em X2:

- a) 2.700
- b) 5.300
- c) 9.800
- d) 10.800
- e) 12.600

AUDITORIA**Guilherme Santana / Tonyvan Carvalho**

61. Nos termos da NBC TI 01, a auditoria interna é exercida

- a) nas pessoas jurídicas de direito privado, interno ou externo, bem como nas de direito público.
- b) nos órgãos e entidades da administração pública direta, mas não nas fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- c) nas pessoas jurídicas de direito privado, mas não nas de direito público externo.
- d) nas pessoas jurídicas de direito público, interno ou externo, bem como nas de direito privado.
- e) nas pessoas jurídicas de direito público interno, mas não na de direito privado.

62. As normas brasileiras de auditoria tratam dos riscos do trabalho e os diferenciam em relação aos trabalhos de asseguarção razoável e de asseguarção limitada, existindo diferentes impactos no relatório de auditoria. A respeito desse assunto, assinale a opção incorreta, de acordo com as normas vigentes.

- a) No trabalho de asseguarção limitada, o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível aceitavelmente baixo nas circunstâncias do trabalho como base para a sua conclusão. A conclusão do auditor independente é expressa de forma que transmita a sua opinião sobre o resultado da mensuração ou avaliação de determinado objeto de acordo com os critérios aplicáveis.
- b) No trabalho de asseguarção razoável, o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível que é aceitável nas circunstâncias do trabalho, mas que ainda é maior do que para um trabalho de asseguarção razoável.
- c) Se a administração limita o escopo da auditoria que impede o auditor de obter as evidências necessárias para reduzir o risco no trabalho de asseguarção razoável ao nível apropriado, deve ser emitida uma opinião não modificada no relatório de auditoria.

d) Opinião não modificada no trabalho de asseguarção razoável deve ser mantida se as circunstâncias impedem que o auditor independente obtenha as evidências necessárias para reduzir os riscos de trabalho ao nível apropriado.

e) Trabalho de asseguarção é o trabalho no qual o auditor independente visa obter evidências apropriadas e suficientes para expressar sua conclusão de forma a aumentar o grau de confiança dos usuários previstos sobre o resultado da mensuração ou avaliação do objeto, de acordo com os critérios que sejam aplicáveis.

63. A confiabilidade da evidência é influenciada por sua fonte e sua natureza e depende das circunstâncias particulares sob as quais são obtidas. Generalizações sobre a confiabilidade de vários tipos de evidências podem ser feitas; contudo, tais generalizações estão sujeitas a exceções importantes. Mesmo quando a evidência é obtida de fontes externas, podem existir circunstâncias que poderiam afetar sua confiabilidade. Por exemplo, evidência obtida de fonte externa pode não ser confiável se a fonte não for conhecida ou objetiva. Enquanto se reconhece que possam existir exceções, as seguintes generalizações sobre a confiabilidade da evidência estão corretas, EXCETO:

- a) a evidência mais confiável quando é obtida de fontes internas às partes apropriadas;
- b) a evidência gerada internamente é mais confiável quando os controles relacionados são efetivos;
- c) a evidência obtida diretamente pelo auditor independente (por exemplo, na observação da efetividade de controle) é mais confiável do que a evidência obtida indiretamente ou por dedução (por exemplo, indagação sobre a efetividade do controle);
- d) a evidência formal é mais confiável, seja em papel, de forma eletrônica ou outra mídia.
- e) a ata de reunião geralmente é mais confiável do que a representação verbal do que foi discutido.

64. A evidência de auditoria é necessária para fundamentar a opinião e o relatório do auditor. Ela tem natureza cumulativa e é obtida principalmente a partir dos procedimentos de auditoria realizados durante o curso do trabalho. Assinale a alternativa que contém o procedimento de auditoria que, sozinho, geralmente não fornece evidência de auditoria suficiente da ausência de distorção relevante no nível da afirmação nem da eficácia operacional dos controles.

- a) inspeção
- b) reexecução.
- c) observação
- d) indagação.
- e) recálculo.

65. Procedimentos de avaliação de riscos são os procedimentos de auditoria aplicados para a obtenção do entendimento da entidade e do seu ambiente, incluindo o controle interno da entidade, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causados por fraude ou erro, nos níveis das demonstrações contábeis e das afirmações. Nos termos da NBC TA 315(R1), os procedimentos de avaliação de riscos incluem os seguintes procedimentos de auditoria, EXCETO:

- a) indagações;
- b) procedimentos analíticos;
- c) observação;
- d) recálculo;
- e) inspeção.

66. A NBC TA 265 trata da responsabilidade do auditor de comunicar apropriadamente, aos responsáveis pela governança e à administração, as deficiências de controle interno que foram identificadas na auditoria das demonstrações contábeis. Considerando a norma de auditoria vigente quanto à comunicação de deficiências de controles internos, é correto afirmar:

- a) Na comunicação por escrito das deficiências significativas de controle interno, o auditor deve informar que a auditoria incluiu a consideração do controle interno para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desse controle.

b) Deficiência significativa de controle interno é a deficiência ou a combinação de deficiências de controle interno que, no julgamento profissional do auditor, é de importância suficiente para merecer a atenção do auditor.

c) deficiência significativa de controle interno é a ausência de um controle necessário para prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis.

d) existe um prazo definido em norma de auditoria para comunicação das deficiências de controles internos identificadas durante os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

e) deficiência de controle interno existe quando o controle é planejado, implementado ou operado de tal forma que não consegue prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis.

67. A determinação de materialidade pelo auditor é uma questão de julgamento profissional e é afetada pela percepção do auditor das necessidades de informações financeiras dos usuários das demonstrações contábeis. Neste contexto, é razoável que o auditor assuma algumas premissas sobre os usuários. Sobre tais premissas, é INCORRETO afirmar que é razoável que o auditor assumira que os usuários

a) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade.

b) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores baseados no uso de estimativas, julgamento e a consideração sobre eventos passados.

c) possuem conhecimento razoável de negócios, atividades econômicas, de contabilidade.

d) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.

e) disposição de estudar as informações das demonstrações contábeis com razoável diligência.

68. Evidência de auditoria compreende as informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamentam a sua opinião. Ela tem natureza cumulativa e é obtida principalmente a partir dos procedimentos de auditoria realizados durante o curso do trabalho. De acordo com as normas de auditoria vigentes, é correto afirmar que a qualidade de toda evidência de auditoria é afetada pelas características de

- a) relevância e materialidade.
- b) risco de auditoria e materialidade.
- c) relevância e confiabilidade.
- d) risco de auditoria e confiabilidade.
- e) materialidade e confiabilidade.

69. Assinale a opção que indica uma circunstância em que o auditor pode considerar necessário incluir uma opinião modificada em seu relatório.

- a) Existência de incerteza relativa ao desfecho futuro de ação regulatória.
- b) Catástrofe que tenha tido efeito significativo sobre a posição patrimonial e financeira da entidade.
- c) Evento subsequente significativo ocorrido entre a data das demonstrações contábeis e a data do relatório do auditor.
- d) Aplicação antecipada (quando permitida) de nova norma contábil com efeito relevante sobre as demonstrações contábeis.
- e) Ausência de registro de parcela relevante da conta fornecedores, com efeito generalizado nas demonstrações contábeis.

70. Segundo a NBC TA 530, o risco de amostragem é o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra pudesse ser diferente se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria. O risco de amostragem pode levar a conclusões errôneas. Nesse contexto, o nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar

- a) é determinado conjuntamente com administração da entidade durante a elaboração do planejamento.

b) afeta o tamanho da amostra exigido, sendo que, quanto menor o risco que o auditor está disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra.

c) não afeta o tamanho da amostra exigido, já que a escolha do tamanho da amostra é feita no momento do planejamento do trabalho de auditoria.

d) afeta o tamanho da amostra exigido, sendo que, quanto maior o risco que o auditor está disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra.

e) não afeta o tamanho da amostra exigido, já que a escolha do tamanho da amostra é feita no momento da execução do trabalho de auditoria.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Receita-Federal-01-08-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>